



Informativo sobre a Estiagem no Nordeste - nº 76 30/01/2015.

1. Nordeste: Nível crítico dos reservatórios.

Autoridades federais, estaduais e municipais, junto com as populações urbanas e as do meio rural do Semiárido nordestino, estão apreensivas com a possibilidade de que a estação chuvosa que começou nos últimos meses de 2014 e prossegue em 2015 não seja suficiente para fazer a recarga hídrica dos reservatórios, necessária para o abastecimento das necessidades humanas, produção de energia elétrica, atividades agropecuárias e outras do sistema produtivo. A Tabela 1, abaixo, tendo como fonte o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), apresenta o volume de água armazenado nos reservatórios monitorados por aquele Departamento, discriminado por estado, em data recente, o que justifica a apreensão manifestada por aquelas autoridades e populações nordestinas. Enquanto isso, os mapas mensais de chuvas acumuladas do período, divulgados pelo INMET, mostram irregularidades, atrasos e veranicos, situação climática que dá continuidade a um quadro que começou há três anos e cujo prosseguimento assusta autoridades e populações.

Tabela 1. Volume de água armazenado por Estado – Valores coletados no período de: 29/10/2014 a 20/01/2015.

Estado	Volume (1.000m³)	Volume (%)
AL	25.031	42 %
BA	181.396	18 %
CE	3.515.238	22 %
MA	598.500	59 %
MG	1.885	23 %
PB	818.927	21 %
PE	262.230	13 %
PI	690.874	34 %
RN	859.933	27 %
SE	12.555	54 %
TOTAL	6.966.569	24 %

Fonte: DNOCS

Milhares de distritos, povoados e comunidades vêm sofrendo com a falta de chuvas que prejudica o desenvolvimento das lavouras, da pecuária e do consumo doméstico. As ações emergenciais dos governos – como implantação e recuperação de poços, contratação de carros-pipa, distribuição de milho subsidiado e de bolsa estiagem, entre outras – ajudam, mas não asseguram a normalidade do período anterior a uma seca tão prolongada. Há preocupação de que os grandes e médios centros urbanos regionais possam vir a ser afetados em 2015, caso as previsões climáticas se confirmem.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

2. Rio São Francisco – Baixa precipitação pluviométrica em suas nascentes.

O Rio São Francisco transporta grande volume de águas de suas nascentes, recebidas dos afluentes no Estado de Minas Gerais, porém, ao penetrar na Região Nordeste, atravessa extensa área do polígono das secas de baixa precipitação pluviométrica. Em seu trajeto, supre o abastecimento hídrico de mais de quinhentos municípios. A estação das chuvas de 2014 naquele estado deveria ter começado no mês de setembro, contudo, ainda em outubro, houve baixa precipitação. Essa conjuntura ameaça promover uma situação dramática para as populações que demandam as águas daquele rio, tanto para o abastecimento de suas residências, quanto para a agropecuária, produção de energia elétrica e as atividades econômicas de toda ordem. A anunciada previsão de baixa pluviosidade, para o 1º trimestre de 2015, em Minas Gerais, aumenta os riscos de que a seca neste ano seja pior do que em 2014, para toda a área geográfica correspondente à bacia hidrográfica daquele rio, e se propaga para os demais estados que deverão ser beneficiados pelas obras de transposição de suas águas, já em fase de testes.

3. Nordeste: Alocação das águas do Rio São Francisco.

A Agência Nacional de Águas (ANA), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) desenvolvem projetos com o objetivo de mensurar, no primeiro semestre de 2015, o impacto das mudanças climáticas no processo de alocação de águas do São Francisco. Essa análise faz parte do projeto “Adaptação do Planejamento e da Operação dos Recursos Hídricos à Variabilidade e Mudanças Climáticas na Bacia Estendida do Rio São Francisco”.

Segundo técnicos da Funceme, o objetivo das instituições é determinar as demandas futuras, identificar e avaliar as estratégias de adaptação ao clima e promover discussões com gestores de recursos hídricos nos estados que consomem e que consumirão água da bacia do rio São Francisco. Apresentou-se o estabelecimento de uma base de dados climáticos das bacias em estudo, a identificação das mudanças climáticas até 2100 e a estimativa dos impactos dessas mudanças nas vazões futuras. Os técnicos prosseguem afirmando que: “Agora, vamos ao quarto produto, que é a análise desses impactos na alocação de água. Esperamos concluir o quarto produto ainda no primeiro semestre de 2015”. A variabilidade do clima, na distribuição espacial e temporal das chuvas, justifica o projeto e dá subsídios para a gestão daqueles recursos hídricos regionais.

4. Conab – Venda de Milho em Balcão em 2014.

Em maio de 2012, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) iniciou a Venda em Balcão Especial, com a concessão de subvenção econômica apenas aos municípios com emergência ou calamidade pública decretadas. Desde então, houve diversas modificações nos valores e



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

quantidades definidas para aquisição, ocorrendo a última em julho de 2014, por meio da Portaria Nº 710. Esta estabeleceu novos parâmetros para a liberação de milho e teve vigência até 31/12/2014. Em 19 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU), a Resolução nº 9 autorizou a Conab a realizar a venda em balcão de milho em grãos, a preço de mercado, para todos os municípios da região Nordeste.

Um total de 264.906 toneladas de milho foi vendido a pequenos criadores de todo o Brasil, por meio do Programa de Vendas em Balcão Especial, no período de janeiro a novembro de 2014. De acordo com o balanço realizado pela Companhia, tiveram acesso ao produto mais de 250 mil criadores rurais e agroindústrias de pequeno porte, que utilizam o milho na ração animal.

Do montante disponibilizado, cerca de 70% (205 mil t) foi comercializado na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a preços subsidiados. Os municípios com estado de emergência decretado foram beneficiados pela operação que previa três faixas de preço diferenciados, todos abaixo do mercado.

Ainda, segundo a Conab, as operações tradicionais de Venda em Balcão seguiram nos outros estados, a preço de mercado, aonde a comercialização chegou a 59,4 mil toneladas de milho, no período de janeiro a novembro de 2014. No último leilão para contratação de frete, realizado no início de dezembro de 2014, foi negociada a remoção de mais 9,01 mil toneladas do produto para abastecimento de diversas regiões do País.

5. Barragem do Castanhão muda vida socioeconômica do Ceará.

A Barragem do Castanhão, concebida como reservatório interanual de usos múltiplos, teve como objetivos o controle de cheias do Baixo Vale do Jaguaribe e a constituição de um reservatório pulmão que, através da interligação com outras bacias, pudesse ampliar a oferta de água para outras áreas do Estado do Ceará. Possui capacidade máxima de 6,7 bilhões de metros cúbicos de água, distribuídos em 325 km². O açude Castanhão está localizado no Médio Jaguaribe no Ceará. As obras de construção foram iniciadas em 1995 e em fevereiro de 2004 o açude sangra pela primeira vez. Para a execução da obra contaram com a participação do Dnocs e de órgãos estaduais e municipais.

O açude assegura o abastecimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza, com cerca de 3,8 milhões de habitantes. Mesmo em anos de estiagem, amplia a oferta de água para diversas cidades do Estado. Também contribui para o controle de cheias, protegendo 25.000 ha de área de várzea. Viabiliza ainda as atividades econômicas, ao permitir a prática da agricultura em perímetro irrigado de 40.000 ha e a atividade pesqueira. Está prevista a interligação com outras bacias hidrográficas, a fim de ampliar a oferta de água para outras áreas do Ceará. Estudos realizados apontam que são inúmeros os impactos positivos do açude, que alterou para



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Política Agrícola
Departamento de Economia Agrícola
Coordenação-Geral de Estudos e Informações Agropecuárias

sempre a convivência com o semiárido cearense, promovendo, inclusive a geração de 22,5 megawatts de energia, além da constituição de um polo turístico e de lazer para toda a região.

A construção da barragem fez com que a cidade de Jaguaribara fosse inundada, sendo a sua população transferida para outra cidade planejada, denominada Nova Jaguaribara. Esta foi arquitetada de forma a preservar as características estruturais da antiga. Foram construídas habitações de padrão técnico compatível; infraestrutura viária, elétrica, telefônica e de saneamento; e respeito ao simbolismo na construção de edificações como igrejas. Obteve-se, assim, o aumento da oferta de água para abastecimento humano e agrícola.

6. Programa Água para Todos.

A Secretaria de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional, coordena o programa Água para Todos que integra o Plano Brasil Sem Miséria. O programa foi concebido a partir da necessidade de se universalizar o acesso e o uso de água para populações carentes, residentes em comunidades não atendidas por esse serviço público essencial, atendidas por sistemas de abastecimento deficitários ou, ainda, que recebam abastecimento difuso.

Objetiva-se garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema pobreza, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais, possibilitando a geração de excedentes comercializáveis para a ampliação da renda familiar dos produtores rurais.

O fornecimento de água de qualidade para o público beneficiado é realizado através da instalação de cisternas de consumo, cisternas de produção, sistemas coletivos de abastecimento de água, kits de irrigação, e pequenas barragens.

A meta pública estabelecida pelo programa de instalação de cisternas em 2011 – que eram 750 mil até dezembro de 2014 – foi ultrapassada. Em novembro de 2014, já haviam sido distribuídas 771.344 cisternas. Das 750 mil cisternas de competência do Ministério da Integração Nacional, 450.000 eram cisternas de placas e 300.000 cisternas de polietileno. Em relação à produção agrícola e pecuária, implantou-se 20 mil cisternas de produção, 20 mil pequenos sistemas de irrigação e 3 mil barragens de água pluvial.

O Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, é responsável pela coordenação do comitê gestor do programa, do qual fazem parte os seguintes órgãos: Ministério da Integração Nacional, Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério da Saúde por meio da Fundação Nacional de Saúde, Fundação Banco do Brasil e Agência Nacional de Águas.